PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 102
Ass.:

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.0220/2021 – CPL/PMMA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 005/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES E A EMPRESA CONSTRUTORA EXECUTAR LTDA (CNPJ N° 02.047.083/0001-08), QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 06.553.614/0001-87, com sede na Rua Mariano Mendes, n° 33, CEP n° 64.133-000, no Município de Miguel Alves, no Estado do Piauí, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **FRANCISCO ANTONIO REBELO DE PAIVA**, brasileiro, casado, RG n° 2.331.451 – SSP/PI, CPF n° 019.960.433-90, residente e domiciliado na Rua Redentora, S/N, Bairro Urbano, CEP n° 64.130-000, no Município de Miguel Alves, no Estado do Piauí.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EXECUTAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n° 02.047.083/0001-08, com sede no Conjunto Parque Piauí, Quadra 21, Casa 17, Sala "a", Bairro Parque Piauí, CEP n° 64.025-070, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, neste ato representada por **ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, RG n° 184.656-SSP/PI, CPF n° 047.959.463-53, residente e domiciliado no Conjunto Parque Piauí, Quadra 21, Casa 17, Bairro Parque Piauí, CEP n° 64.025-070, no Município de Teresina, no Estado do Piauí,

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo da Dispensa de Licitação n° 002/2021, instruída através do Processo Administrativo n° 00.0220/2021 – CPL/PMMA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 8.666/93 e demais legislações pertinentes, nos termos das cláusulas adiante esposadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste ajuste a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES, NO ESTADO DO PIAUÍ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E NA PROPOSTA DA CONTRATADA.

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 103
Ass.:

1.2. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo os instrumentos presentes na Dispensa de Licitação n° 002/2021, a Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora, elementos constantes no Processo Administrativo n° 00.0220/2021 – CPL/PMMA, vinculando esta avença para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

2.1. O valor mensal contratado é de R$ 126.442,80 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

2.2. O valor global contratado é de R$ 632.214,00 (seiscentos e trinta e dois mil e duzentos e catorze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

3.2 Os prazos não poderão ser prorrogados, salvo se, de forma excepcional, atendidas as condições do Acórdão n° 3238/2010 – Plenário/TCU.

3.3. Compete as partes, de comum acordo, nos termos previstos neste instrumento, na Lei n° 8.666/93 e noutras disposições legais, realizar por escrito, através de Termo Aditivo, alterações contratuais que julgarem convenientes. Sendo reservado à Administração Pública, na busca pelo interesse administrativo, alterar unilateralmente o presente pacto, conforme permissivo legal.

3.4. A Contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme dispõe o art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

4.1. Os recursos financeiros para custear a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Miguel Alves/PI, conforme especificado abaixo:

Fonte dos Recursos:
FPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, CIDE e demais Recursos Próprios

Despesa:	
Poder:	02 Poder Executivo
Órgão:	14 Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Saneamento
Projeto/Atividade:	17.512.0051.2451.0000 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública
Categoria:	3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

PMMA/PI
Proc.:220/2021
Fl.:104
Ass.:

	3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.30.00 Material de Consumo 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATADA

5.1. Para a execução deste contrato, entre outras, constituem obrigações da Contratada:

a) Executar o objeto da presente contratação, de acordo com as especificações constantes no projeto básico e na sua proposta de preços, sob pena de rescisão contratual.

b) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação, inclusive materiais, mão de obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.

c) Comunicar imediatamente, por escrito, ao Contratante, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada.

d) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados ao Contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

e) Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do Contrato, e que sejam ajuizados contra o Contratante por terceiros.

f) Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e contratação.

g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no projeto básico ou no Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Município de Miguel Alves, por intermédio de suas secretarias, fundos e órgãos:

a) Promover, por meio de servidores especialmente designados, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Contrato Administrativo, conforme especificações constantes no projeto básico.

b) Efetuar o pagamento dos bens fornecidos pela Contratada no prazo de até 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 40º, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993.

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 105
Ass.:

c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua Proposta de Preços.

d) Permitir o acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências da Contratante para a execução do serviço objeto deste contrato administrativo, proporcionando todas as facilidades para que o Contratado possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições ora ajustadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O serviço objeto do presente contrato administrativo deverá ser iniciado no prazo de 1 (um) dia útil após o recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

7.2. O não cumprimento do disposto nos itens 7.1 do presente contrato administrativo acarretará a rescisão do contrato administrativo, bem como a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

7.3. A administração rejeitará fundamentadamente, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o especificado no projeto básico e na proposta.

7.4. O objeto contratado será recebido:

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, mediante termo circunstanciado, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, com fundamento no art. 73, I, "a", da Lei nº 8.666/1993

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, que se dará em até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, com fundamento no art. 73, I, "b" e § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

7.5. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, no projeto básico e na proposta da empresa vencedora, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

7.6. Acaso insatisfatória a verificação do serviço, será lavrado termo de recusa do serviço, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo a ser determinado pelo setor competente, contados da comunicação formal da administração do setor.

7.6.1. Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, estará à empresa vencedora incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

7.6.2. Os custos de substituição dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da empresa contratada.

PMMA/PI
Proc.:220/2021
Fl.:106
Ass.:

7.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 7.5 não ser procedida dentro do prazo fixado reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que comunicado à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, com fundamento no art. 73, § 4º, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, no prazo de até 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 40º, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993.

8.2. A nota fiscal referida acima deverá apresentar discriminadamente os serviços fornecidos a que se referir.

8.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso reabrir-se-á, do início, o prazo elencado no item 8.1, contado da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

b) A data base adotada será a data de 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - Io}{Io} = \text{onde:}$$

R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I - Índice (IPCA), correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);
Io – Índice (IPCA), correspondente à data base.

9.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada, conforme solicitações de fornecimento realizadas pelo Contratante.

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 107
Ass.:

9.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, com fundamento no art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. Aplicam-se, subsidiariamente a este item as disposições constantes da Seção IV, do Capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Contratada estará sujeita à imputação das penalidades, conforme decidir a autoridade competente em caso de cometimento de infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, ante a eventual inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para ao Contratante.

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e de 1,0% (um por cento) por dia, após o trigésimo dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 108
Ass.:

b.1) Multa de 5,0% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento).

b.2) Multa de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

c.2) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto.

c.3) Não mantiver a Proposta de Preços apresentada no certame licitatório.

c.4) Falhar gravemente na execução do contrato.

c.5) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, entre outros comportamentos e em especial quando:

d.1) Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

d.2) Comportar-se de modo inidôneo.

d.3) Cometer fraude fiscal.

d.4) Fraudar na execução do contrato.

11.2. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, incisos III e IV, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Contratada que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PMMA/PI
Proc.: 9201/2021
Fl.: 109
Ass.:

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, no qual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com comunicações realizadas por meio do Diário Oficial do Município, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 8.666/93.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5. As multas poderão ser cominadas de forma cumulativa.

11.6. Os valores das multas aplicadas serão descontados "ex-officio" de qualquer crédito existente da Contratada, junto ao Município Contratante, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n° 8.666/93.

12.2. O presente ajuste poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na legislação vigente.

12.3. Para a rescisão unilateral a Contratante deve proceder a notificação da empresa Contratada, por escrito, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação de suas razões, sem que lhe caiba qualquer ônus. Dispensa-se este prazo quando o motivo da rescisão for imputável à Contratada.

12.4. Por meio deste ajuste, as partes interessadas reconhecem os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA E CASOS OMISSOS

13.1. Este Contrato Administrativo será regido pela Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993; legislações complementares; regulando-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.2. Os instrumentos legais mencionados no item anterior, bem como os princípios que regem a atuação da Administração Pública e as normas relativas a contratos, devem dirimir os casos omissos eventualmente identificados no curso da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE

14.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por aqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, para o ramo pertinente, como previsto nos artigos 27 a 31 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações.

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 110
Ass.:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato resumido do instrumento do Contrato será publicado pelo ente Contratante no Diário Oficial do Município, em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de Miguel Alves/Piauí, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Miguel Alves (PI), 08 de fevereiro de 2021.

Francisco Antonio Rebelo de Paiva

FRANCISCO ANTONIO REBELO DE PAIVA
MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES
CONTRATANTE

p/ Antônio Rodrigues da Silva

ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA
CONSTRUTORA EXECUTAR LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:
01 – Cassiano Sabrino Almeida de Oliveira CPF: 067.730.303-31
02 – Rafael Lima de Sousa

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 111
Ass.:

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.0220/2021 – CPL/PMMA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 00.0220/2021 – CPL/PMMA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°: 002/2021.
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: 005/2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES.
CONTRATADO: CONSTRUTORA EXECUTAR LTDA (CNPJ N° 02.047.083/0001-08).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES, NO ESTADO DO PIAUÍ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E NA PROPOSTA DA CONTRATADA.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO IV, DA LEI N° 8.666/1993.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS.
VALOR MENSAL: R$ 126.442,80 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).
VALOR GLOBAL: R$ 632.214,00 (SEISCENTOS E TRINTA E DOIS MIL E DUZENTOS E CATORZE REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02 PODER EXECUTIVO; 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E SANEAMENTO; 17.512.0051.2451.0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA; 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA; 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO; 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
DATA DA ASSINATURA: 08/02/2021.
SUBSCRITORES: FRANCISCO ANTÔNIO REBELO DE PAIVA (PELA CONTRATANTE) E ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA (PELA CONTRATADA).

Miguel Alves (PI), 08 de fevereiro de 2021.

Francisco Antonio Rebelo de Paiva
FRANCISCO ANTONIO REBELO DE PAIVA
PREFEITO MUNICIPAL

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 112
Ass.:

ORDEM DE SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.0220/2021 – CPL/PMMA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021

Empresa:	CONSTRUTORA EXECUTAR LTDA
CNPJ:	02.047.083/0001-08
Endereço:	Conjunto Parque Piauí, Quadra 21, Casa 17, Sala "a", Bairro Parque Piauí, CEP n° 64.025-070, no Município de Teresina, no Estado do Piauí

Pelo presente instrumento, a empresa acima qualificada fica autorizada a iniciar a execução dos serviços de **COLETA DE LIXO, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES, NO ESTADO DO PIAUÍ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E NA PROPOSTA DA CONTRATADA.**

Miguel Alves/PI, 08 de fevereiro de 2021.

Francisco Antonio Rebelo de Paiva
FRANCISCO ANTONIO REBELO DE PAIVA
PREFEITO MUNICIPAL

RECEBIDO DA EMPRESA:	
Data Recebimento:	
Concordância:	( ) Sim ( ) Não
Empresa:	
Representante Legal:	

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 113
Ass.: 359

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.0220/2021 – CPL/PMMA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Miguel Alves, no Estado do Piauí, no cumprimento das atribuições legais, considerando a Opinião Técnica Administrativa expedida pela Comissão Permanente de Licitações, bem como o parecer jurídico da Assessoria Jurídica, ambos presentes no Processo Administrativo nº 00.0220/2021 – CPL/PMMA, referente à Dispensa de Licitação nº 002/2021, RESOLVE:

Com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, **RATIFICAR** a contratação, por meio de dispensa de licitação, da empresa **CONSTRUTORA EXECUTAR LTDA** (CNPJ nº 02.047.083/0001-08), pelo valor mensal de R$ 126.442,80 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos), pelo valor global de R$ 632.214,00 (seiscentos e trinta e dois mil e duzentos e catorze reais), para PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES, NO ESTADO DO PIAUÍ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E NA PROPOSTA DA CONTRATADA.

Desta forma, através deste instrumento, autorizo o setor responsável a adotar as providências legais para formalizar a contratação supramencionada, desde que a empresa vencedora apresente todos os documentos de habilitação exigidos no projeto básico.

Publique-se, no prazo legal, este Termo de Ratificação na imprensa oficial deste Município como condição para eficácia dos atos adotados e constantes dos autos do presente processo administrativo.

Miguel Alves (PI), 05 de fevereiro de 2021.

FRANCISCO ANTONIO REBELO DE PAIVA
PREFEITO MUNICIPAL

MARCOLÂNDIA
Amor e respeito pelo povo

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA-PI
Rua Portífera Maria de Sousa, Nº 21, Centro - CEP: 64.685-000
Marcolândia-PI
CNPJ Nº 41.522.269/0001-15

e-mail: prefmarcolandiapi@gmail.com

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, **HOMOLOGO** o presente processo licitatório de nº 032/2021, Procedimento nº 006/2021, modalidade Dispensa, autorizando a ultimação dos atos necessários à contratação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marcolândia - PI, em 10 de fevereiro de 2021.

Corinto Machado de Matos Neto
Prefeito Municipal

MARCOLÂNDIA
Amor e respeito pelo povo

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA-PI
Rua Portífera Maria de Sousa, Nº 21, Centro - CEP: 64.685-000
Marcolândia-PI
CNPJ Nº 41.522.269/0001-15

e-mail: prefmarcolandiapi@gmail.com

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 032/2021
PROCESSO Nº: 032/2021
DISPENSA Nº: 006/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA-PI.
CONTRATADO: CONT & GEO CONTABILIDADE E GEORREFERENCIAMENTO, CNPJ: 32.292.927/0001-39.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS SISTEMAS DE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS FEDERAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE DO MUNICIPIO DE MARCOLÂNDIA - PI.
VALOR: R$ 17.520,00 (DEZESSETE MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS).
FONTE DE RECURSO: FPM / FMS / ICMS / RECURSOS PRÓPRIOS.
FUNDAMENTAÇÃO: LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO II.
ASSINATURA DO CONTRATO: 10 DE FEVEREIRO DE 2021.
VIGÊNCIA: 10 DE FEVEREIRO ATÉ 10 DE MAIO DE 2021.

Marcolândia - PI, 10 de fevereiro de 2021.

Corinto Machado de Matos Neto
Prefeito Municipal

MARCOLÂNDIA
Amor e respeito pelo povo

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA-PI
Rua Portífera Maria de Sousa, Nº 21, Centro - CEP: 64.685-000
Marcolândia-PI
CNPJ Nº 41.522.269/0001-15

e-mail: prefmarcolandiapi@gmail.com

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº: 032/2021
DISPENSA Nº: 006/2021

RATIFICO, o processo licitatório nº 032/2021, na modalidade Dispensa nº 006/2021, que tem como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, assessoria e consultoria nos sistemas de saúde e alimentação dos programas federais no âmbito da saúde do Municipio de Marcolândia - PI, tendo com empresa contratada CONT & GEO CONTABILIDADE E GEORREFERENCIAMENTO, CNPJ: 32.292.927/0001-39, com o valor de R$ 17.520,00 (dezessete mil, quinhentos e vinte reais).

Marcolândia - PI, em 10 de fevereiro de 2021.

Corinto Machado de Matos Neto
Prefeito Municipal

PMMA/PI
Proc.: 220/2021
Fl.: 114
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL LEÃO
Praça Altamiro de Arêa Leão, 10 – Bairro Centro

CNPJ – 06.554.935/0001-04

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 012/2021 - PMML/PI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021 - PMML/PI

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE LIMPEZA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MIGUEL LEÃO-PI

RECURSOS: Orçamento Geral do Município de Miguel Leão e outros.

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12 de março de 2021.

HORÁRIO: 09:00hs

DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12 de março de 2021

HORÁRIO: 09:30hs

EDITAL: Disponível nos sites: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e TCE/PI

INFORMAÇÕES: Praça Altamiro de Arêa Leão, nº 100, Centro, Miguel Leão. E-mail: cpl.Miguelleao@hotmail.com

Érika Regina Leite Soares

Pregoeira – PMML/PI

Roberto César de Arêa Leão Nascimento

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL LEÃO
Praça Altamiro de Arêa Leão, 10 – Bairro Centro

CNPJ – 06.554.935/0001-04

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 014/2021 - PMML/PI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021 - PMML/PI

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MIGUEL LEÃO-PI

RECURSOS: Orçamento Geral do Município de Miguel Leão e outros.

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12 de março de 2021.

HORÁRIO: 14:00hs

DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12 de março de 2021

HORÁRIO: 14:30hs

EDITAL: Disponível nos sites: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e TCE/PI

INFORMAÇÕES: Praça Altamiro de Arêa Leão, nº 100, Centro, Miguel Leão. E-mail: cpl.Miguelleao@hotmail.com

Érika Regina Leite Soares

Pregoeira – PMML/PI

Roberto César de Arêa Leão Nascimento

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL LEÃO
Praça Altamiro de Arêa Leão, 10 – Bairro Centro

CNPJ – 06.554.935/0001-04

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 013/2021 - PMML/PI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 - PMML/PI

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MIGUEL LEÃO-PI

RECURSOS: Orçamento Geral do Município de Miguel Leão e outros.

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12 de março de 2021.

HORÁRIO: 11:30hs

DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12 de março de 2021

HORÁRIO: 12:00hs

EDITAL: Disponível nos sites: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e TCE/PI

INFORMAÇÕES: Praça Altamiro de Arêa Leão, nº 100, Centro, Miguel Leão. E-mail: cpl.Miguelleao@hotmail.com

Érika Regina Leite Soares

Pregoeira – PMML/PI

Roberto César de Arêa Leão Nascimento

Prefeito Municipal

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 00.0220/2021 – CPL/PMMA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 002/2021.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 005/2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES.
CONTRATADO: CONSTRUTORA EXECUTAR LTDA (CNPJ Nº 02.047.083/0001-08).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES, NO ESTADO DO PIAUÍ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E NA PROPOSTA DA CONTRATADA.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO IV, DA LEI Nº 8.666/1993.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS.
VALOR MENSAL: R$ 126.442,80 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).
VALOR GLOBAL: R$ 632.214,00 (SEISCENTOS E TRINTA E DOIS MIL E DUZENTOS E CATORZE REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02 PODER EXECUTIVO; 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E SANEAMENTO; 17.512.0051.2451.0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA; 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA; 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO; 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
DATA DA ASSINATURA: 08/02/2021.
SUBSCRITORES: FRANCISCO ANTÔNIO REBELO DE PAIVA (PELA CONTRATANTE) E ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA (PELA CONTRATADA).

Miguel Alves (PI), 08 de fevereiro de 2021.

FRANCISCO ANTONIO REBELO DE PAIVA
PREFEITO MUNICIPAL